

João Wanderley Geraldi é linguista, professor aposentado da UNICAMP, e um 'caixeiro-viajante' na formação de professores sobre ensino de língua portuguesa no território brasileiro, pelo longo período de sua atuação profissional. Uma mente inquieta e preocupada com o ensino de língua portuguesa, mas não só, e com as políticas educacionais brasileiras, destacou-se em todo o território nacional pela sua dedicação em modificar práticas ineficazes e engessadas em relação ao ensino. É um nome que ecoa em todos os cantos do Brasil, basta dar uma busca nas publicações que lhe fazem referência. Neste número da Revista Letras buscamos homenagear o professor Geraldi pela efeméride de 40 anos da publicação de O texto na sala de aula, por ele organizado, que congrega um grupo de linguistas então preocupados com as questões do ensino. Geraldi demonstrou sensibilidade em captar os primeiros sintomas do esgotamento pedagógico ligado ao ensino de língua materna e os primeiros eflúvios teóricos que apontavam na direção do texto. Como organizador da publicação em foco, conclamou diferentes linguistas para uma visada diversificada e inovadora. Nosso homenageado seguiu fiel a suas preocupações de natureza pedagógico-linguística, o que se pode facilmente atestar pela sua trajetória acadêmico-profissional. Pela sua relevante contribuição, pela atualidade dessa sempre indispensável obra, merece nosso registro e nossa homenagem.

ENTREVISTA COM JOÃO WANDERLEI GERALDI

Entrevista concedida a
Gesualda dos Santos Rasia¹
Lígia Negri²

Prof. Geraldi, o livro O texto na sala de aula, de sua organização, está completando, neste ano de 2024, 40 anos. De lá para cá foram várias edições. Conte para nós como foi a concepção da obra e agregação dos autores em torno do projeto.

Esta coletânea foi organizada para um curso de extensão patrocinado pela Assoeste – Associação de Educação do Oeste do Paraná, que reúne as secretarias municipais de educação da região. Sua concepção tinha a ver com a sequência dos temas do próprio curso, cujo início consistia em provocar as lembranças dos professores sobre o que estudaram como alunos e o que ensinam para seus alunos. A comparação entre as duas “listagens” provocava já um estranhamento pela repetição dos conteúdos. A seguir começávamos a ler os textos da coletânea, passando assim a pensar sobre o que se fazia; a discutir depois a questão crucial das variedades linguísticas para, por fim, praticarmos juntos a produção de textos narrativos com história contada por algum professor e depois a análise conjunta de reescrita do texto. A ideia era praticar com os professores o que propu-

1 Universidade Federal do Paraná.

2 Universidade Federal do Paraná.

nha fosse o ensino de língua portuguesa.

Assim, os autores – muitos deles professores do curso – se juntaram sabendo que seriam lidos nas aulas. A direção da Assoeste, em vez de publicar uma apostila, organizou tudo na forma de livro que foi distribuído entre todos os participantes e os autores. Houve várias edições de mil exemplares feitas pela Assoeste até 1997, quando o livro passou para a Editora Ática e quando dois textos foram retirados e outros dois acrescentados. A estas alturas o livro já vinha circulando em várias partes do país (já em 1985, no processo de seleção para o mestrado na área de ensino da língua da Fac. de Educação da UFMG, o livro foi indicado como leitura para a seleção).

A proposta do texto como centralidade da aula de língua portuguesa apresentou-se como vanguardista à época. Conte-nos como foi a recepção quando do lançamento da obra.

Ainda que predominasse o ensino da gramática, na verdade o texto teve, ao longo do tempo, distintas presenças em sala de aula: as seletas de prosa e verso, com um ou outro texto lido em sala de sala, servia como o espaço onde sublinhar classes gramaticais ou fazer classificação de orações ou especificar as funções do “quê” e do “se”. Posteriormente tivemos “o português através de textos”, uma coleção de livros didáticos de Magda Soares que trazendo o texto, imaginava o ensino da língua através dele, como se ele não fosse português. No período da ditadura, como a Comunicação e Expressão, apareceram até manuais

de criatividade (um contrassenso). Depois da reforma de 1971, aumenta a tiragem de livros didáticos cujas unidades sempre começavam com um texto, objeto de compreensão e interpretação, em geral respondendo a perguntas cujas respostas estavam na superfície do texto. Quando propus a centralidade do texto (sempre considerei o texto a superfície de um discurso, superfície a ser atravessada na construção das compreensões), aliei leitura, produção e análise dos recursos expressivos: um ou vários textos (orais ou escritos) poderiam provocar a produção de um outro texto pelos estudantes, e estes textos serviriam para a análise, com o objetivo de reescrita ao tempo em que se pensava sobre os recursos utilizados e sobre recursos expressivos utilizáveis. Quem leu meus textos perceberá que esta reescrita não é uma correção gramatical – embora em muitas situações isto tenha ocorrido – mas uma modificação do texto por operações linguísticas, muitas de ordem estilística. Este tema foi aprofundado por mim em *Portos de Passagem*

E sobre a circulação/disseminação da proposta? Parece-nos que além do espaço da academia, no qual o livro circulou inicial e prioritariamente, o âmbito da extensão universitária, especialmente com a formação continuada de professores foi crucial para a difusão do paradigma proposto, sobretudo no Sul do Brasil. Podemos dizer o mesmo sobre o restante do Brasil?

Creio que esta foi sua forma efetiva de circulação: nos cursos de extensão. Na academia, ele circulou muito mais nas disciplinas pedagógicas (em verdade, no espaço mais restrito da linguística, o livro recebeu muitas críticas). O primeiro grupo de professores que acompanhei utilizando as ideias desta proposta foi em Aracaju, Sergipe. Viajei pelo Brasil dando cursos, participando de eventos, sempre em encontros de professores. Mas foi no Paraná que tivemos maior penetração, porque muitos cursos foram ofertados nas décadas de 1980/1990. Embora a proposta tenha sido considerada “um pacote pedagógico” comprado pelo Paraná, nada está mais longe de pacote pronto do que esta proposta, em que o próprio professor poderia entrar em sala de aula sem saber o tema da história que seria contada, ou que textos teriam trazido os alunos. Se um livro didático orienta o que fazer do professor, passo a passo, a proposta lhe permite criar suas aulas, escolher entre múltiplos temas de discussão, etc. Depois que a circulação do livro se tornou nacional, acabou sendo adotado em disciplinas dos cursos de graduação; listado em concursos públicos, etc. Pessoalmente, só acompanhei grupos em São Paulo, Sergipe, Paraná e numa cidade do interior de Pernambuco. Não posso aquilatar a significação nacional deste livro a não ser por sua influência nos PCNs.

A publicação da 1ª. edição se deu concomitantemente ao processo de abertura democrática brasileira, impossível não lembrar que 1984 foi o ano das Di-

retas Já. Em que medida as condições históricas de produção relacionam-se no deslocamento de uma abordagem de língua até então centrada na estrutura e na normatização para uma abordagem centrada na leitura-interpretação?

Há aqui dois níveis a serem considerados. Num primeiro nível, não podemos deixar de registrar que os estudos da Linguística da Enunciação (antes uma expressão considerada contraditória), da Análise do Discurso, de algumas correntes da Pragmática já começavam a ir além do estudo da frase, limite máximo a que chegaram os estudos da estrutura. Também a recepção mais ampla dos estudos balthinianos acontecia nos meios acadêmicos. Tudo isso apontava para a centralidade do texto e do discurso.

No segundo nível, é preciso considerar o contexto político mais próximo, brasileiro, que iniciava sua redemocratização depois de 20 anos de ditadura civil-militar. A sociedade brasileira, neste momento, se voltou para as gavetas das universidades buscando novas soluções em diferentes áreas: economia, tecnologia, educação, saúde pública, comunicação etc. É verdade que às vezes encontrou gavetas vazias. Por acaso, as novas secretarias de educação dos primeiros governadores eleitos democraticamente, encontraram propostas de ensino, entre elas a proposta que eu havia formulado. Foi este momento político o responsável pela grande circulação das ideias contidas em *O texto na sala de aula*. Um sucesso do momento, que perdura quando já deveria ter surgido algo novo.

Você atribuiria a confluência das questões aí propostas e dos autores envolvidos com as questões teóricas e novas perspectivas que emergiam no cenário linguístico mundial, com repercussões no Brasil?

Penso que esta questão foi respondida na questão anterior.

Se a resposta à questão anterior for sim, você acredita que a obra impactou o ensino de língua portuguesa e/ou provocou rupturas? Se sim, de que ordem? Como você avalia esse impacto, 40 anos depois?

Penso que tenha tido algum impacto, do contrário não teria inspirado documentos políticos – como os PCNs – e ter sido base para muitas dissertações e teses. Acho que um dos impactos tem a ver com a questão das variedades linguísticas e da crítica ao conceito de erro em língua. Certamente a circulação de livros de literatura juvenil aumentou (ainda que muitas editoras tenham surfado nos paradidáticos). O ensino de gramática pela gramática arrefeceu: tornou-se mais próprio dos especialistas. Ainda hoje em alguns vestibulares estes conhecimentos só aparecem como aplicados a textos, o que é muito diferente de exigir o conhecimento de uma metalinguagem (aliás, internamente incoerente). Obviamente há defensores do ensino da gramática porque faz parte de nossa herança cultural. Se este argumento for levado a sério, por que não ensinar lógica, retórica etc.? Nem tudo que faz parte da herança cultural pode ser abarcado pela escola.

Se considerarmos as alterações que a BNCC produziu no ensino de língua portuguesa, junto às inovações tecnológicas, o que é possível dizer sobre o estatuto do texto como objeto de ensino frente a essas novas realidades?

Sou pessoalmente contra a existência da BNCC: ela é ditada de cima para baixo, como sempre se fez no Brasil. Além disso parte da ideia da distribuição igual de saberes entre sujeitos diferentes. Ela representa um retrocesso, ainda que incorpore novidades tecnológicas. Um real movimento de mudança somente acontecerá a partir dos professores, por isso o investimento deveria ser na formação continuada com base em diferentes propostas, para que os professores possam escolher e criar seus caminhos. Implantar algo e cobrar aquilo que se pensa ter implantado através de exames é uma forma de seleção dos sujeitos falantes e a proibição do diferente.

O que dizer, hoje, sobre texto? O que se mantém da obra; o que se poderia dizer de “novo”, ou mesmo se resignificar; e, ainda, o que está superado?

Apenas posso confessar que sonhei com outro ensino de língua, com a participação deste ensino na construção de uma nova sociedade mais igualitária, mais solidária, múltipla na sua cultura. Pertencço a geração que fracassou. Ganhamos ao derrubar a ditadura, fracassamos na formação dos cidadãos brasileiros. Do contrário, como explicar este ressurgimento do obscurantismo e do fascismo

ENTREVISTA COM JOÃO WANDERLEI GERALDI

precisamente nas regiões mais escolarizadas do país? Quando ouço alguém propor “a escola sem partido”, não posso deixar de rir porque ela já existe: é a universidade brasileira que em nome da ciência e da tecnologia esqueceu de formar cidadãos interferentes na realidade brasileira. Como consequência, reencontramos o que esperávamos já sepulto no pensamento político brasileiro: obscurantismo e fascismo. É contra isso que precisamos lutar no presente, ressignificando o que fizemos no passado.